



INTERLOCUÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA

Karla Wanessa Carvalho de Almeida

Faculdade Joaquim Nabuco, wanessaDeus@hotmail.com

Resumo: O conceito de qualidade requer a compreensão de seus múltiplos sentidos sêmicos, pois, carrega singularidades e valores da constituição da subjetividade de cada sujeito, e imbui traços de significados que traduziram às demandas sociais, econômicas, culturais de um determinado momento. O presente artigo surge de inúmeros debates e discussões sobre qualidade da educação, assim objetiva realizar uma reflexão sobre o conceito de qualidade na Educação com foco na concepção socialmente referenciada, acendendo por esta via visões, posições e preposições, acerca da educação de qualidade ministrada na infância da contemporaneidade, a partir do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. Em seu bolo encontra-se uma contextualização temática oriunda de categorias que descrevem a consistência da qualidade na Educação Infantil mediante a conjuntura socioeconômico, cultural e política. Portanto, este trabalho constitui-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, onde se revestiu do procedimento de análise de conteúdo.

Palavras chave: Educação Infantil, Qualidade Social, Infância.

Introdução

Nos últimos anos o governo brasileiro divulgou uma extensa lista de pronunciamentos, declarações e compromissos com a educação, e comprometidos com estes discursos investiram em formulação de planos que conferissem qualidade a Educação. Neste contexto, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em suas funções de educar e cuidar, no último biênio, tornou-se pauta no seio educacional, devido seu destaque no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos, a Educação Infantil, é centralidade da meta 1, onde propõe-se universalizar a Educação Infantil na pré-escola e ampliar em no mínimo 50% a oferta de Educação Infantil em Creches até o final de sua vigência. Para isso, o PNE recorre a metas e estratégias estruturadas em eixos: garantia do direito a educação básica com qualidade; equidade; valorização dos profissionais da educação e ensino superior.



Logo, referenciando os eixos garantia do direito a educação básica com qualidade e equidade, este artigo objetiva discutir a concepção e conceito de qualidade na Educação Infantil conferida no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, volumes 1, de 2006. Embasados nos diálogos desses postulados o artigo busca acender reflexões mais abrangente de visões, posições e preposições, acerca da educação de qualidade ministrada na infância da contemporaneidade. Desta forma, a relevância desta interlocução qualitativa reside no oferecimento de significativas contribuições no entendimento das conexões dos distintos componentes imprescindíveis na construção de uma Educação Infantil de qualidade.

Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, a mesma possibilitou a compreensão sobre a concepção de qualidade vinculada na Educação Infantil. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental, onde a análise documental revestiu-se no tratamento do material do procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) objetivando interpretar as informações com caráter compreensivo, enfoque mais crítico e contextualizado socialmente.

O cerne da discussão coteja com os seguintes referenciais teóricos Pinto & Sarmiento (1997), Arroyo (1994), Machado (1998), Apple (2000), Gadotti (2013), Freire (2003), Campos (1997), Moss (2002), Bandioli (2004) e Dourado (2007). A abordagem qualitativa do método enfatizou a relevância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico da fonte documental.

Na primeira etapa da pesquisa estabeleceu-se a leitura do documento, na etapa posterior elencou-se a unidade de análise em unidade de contexto conforme Ludke e André (1986). Deste modo foram escolhidas categorias que descrevem a consistência da qualidade na Educação Infantil mediante conjuntura socioeconômico, cultural e política que propiciou a produção do documento, sua natureza e os conceitos chave e sua lógica interna. Na terceira etapa realizaram-se as inferências e interpretações acerca do objeto de estudo com base na epistemologia da 'qualidade' como invenção social, considerando-a como atividade política no sentido mais primordial do termo, ou seja, como atividade que organiza e direciona a Educação Infantil.



Resultados e Discussão

A produção referenciada e sistematizada sobre qualidade para a Educação Infantil desenvolvida pelo Ministério da Educação em 2016 recebeu o nome de Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e constam de uma publicação que procura orientar as instituições educativas do país no desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade (com a alteração da redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394/96, pela Lei 11.274/2006, atualmente até cinco anos) em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, regida pela consciência da diversidade, desigualdades e culturas.

Neste sentido, o documento no âmbito da legislação, procurou assegurar a qualidade por meio do estabelecimento de parâmetros, onde ele mesmo trás a distinção conceitual de Parâmetros e Indicadores de Qualidade, o primeiro, colocado como princípio normativo que em si pode modificar ou ajustar o sistema, portanto, os parâmetros no documento são definidos como referentes. Já a dimensão de Indicadores de Qualidade conjectura a quantificação em suas ferramentas avaliativas de aplicabilidade, deste modo, o documento procura delimitar parâmetros amplos para abarcar diferenças regionais, flexibilidade para permitir manifestações culturais locais específicas e favorecer a criação de uma base nacional, de fácil aplicação e monitoramento a fim de possibilitar sua adoção e, conseqüentemente, consolidar essa base comum (PNQEI, 2006. p.9).

Esta distinção abre o dimensionamento qualitativo em uma perspectiva de conjunto, interligação entre fatores internos e externos, nesta tessitura a reflexão apropriada seria: quais políticas educacionais impactam positivamente a ampliação da qualidade da educação? As ponderações na construção de uma resposta recaem no interior das relações de forças que constroem o discurso e suas implicações na produção do sujeito, o equacionamento e enfrentamento de tarefas de planejamento educacional alinhadas com políticas educativas exibem a extensão política de seus modos avaliativos, pautados ou não em práticas democráticas e inclusivas, onde todos aprendam.

Neste sentido de proposituras de políticas educativas voltadas para a infância, o volume I do documento recebeu o título **Qualidade na Educação Infantil – Fundamentos**. Onde trata subtemas como concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil, trazendo uma contextualização de aspectos sobre qualidade com pesquisas e resultados, bem como a qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais do país. Dentro deste viés, a categoria de



análise que emergiu foi Infância, que suscita em sua articulação responsabilidade de um discurso compreensivo do complexo e multifacetado lugar da criança em cada sociedade humana.

Remotamente os indícios históricos e sociais não especificam a infância ou a criança como a conhecemos hoje. A infância, na contemporaneidade é concebida como um momento uno, exclusivo e transitório da vida, altamente significativo, mas que um ciclo biológico, compõe-se um conceito que surge ao longo das transformações da sociedade e se torna uma referência histórica, cultural e social não compreensível se deslocado de sua realidade. A visão da infância como uma construção social segundo Pinto & Sarmiento (1997) começa a ultrapassar os métodos reducionistas e na modernidade se depara com três abordagens teóricas:

- Behaviorista com Watson retratando a criança como um ser moldável e adaptável.
- Construtivismo com Piaget que concebe homem é o sujeito da ação sobre o meio e no caso das crianças seu desenvolvimento é quem propicia seu aprendizado.
- Psicanálise com Freud colocando o homem como a soma do id (nosso inconsciente) o ego (nossa consciência) e o superego (valores culturais). Assim, as crianças em sua infância vive a projeção de seu mundo interior no mundo concreto, e a introjeção das experiências com fatos do mundo circundante sobre sua interioridade.

Diante desses pressupostos novas pesquisas surgem com diferentes infâncias. Para Arroyo (1994), a infância é diversa, compondo-se de espaços diferentes, múltiplas realidades, onde a criança deve é vista como um ser completo, biopsicossocial, assim é sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha determinada cultura, ser produtor e produto da história e da cultura. Logo, o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para a infância se fazem presentes quando a interação social torna-se o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce.

De certo a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 5 anos, pois as mudanças neste período se dão nos aspectos qualitativas e quantitativas, partindo os elementos do meio natural, social e cultural que configurarão formas de conduta e modificações recíprocas dos envolvidos. Por isso, a concepção de criança unificada a qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos implica na diversidade de parceiros e experiências que potencialize o desenvolvimento



infantil em argumentação própria, a objetivação do pensamento e o recuo reflexivo das crianças. (MACHADO, 1998).

Um elemento interlocutor se faz neste cenário, a função indissociável do cuidar/educar, onde as atividades a ampliação progressiva de conhecimentos de modo contextualizado, com estratégias apropriadas às diferentes fases do desenvolvimento infantil. Além disso, propor parâmetros de qualidade para a Educação Infantil requer considerar as crianças desde que nascem como:

- cidadãos de direitos;
- indivíduos únicos, singulares;
- seres sociais e históricos;
- seres competentes, produtores de cultura;
- indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral.

Precisando, portanto, ser cuidadas e educadas e incentivadas a iniciativas ou espontâneas atividades:

- ser auxiliadas nas atividades que não puderem realizar sozinhas, ter atenção as suas necessidades básicas físicas e psicológicas;
- brincar;
- movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre;
- expressar sentimentos e pensamentos;
- desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas;
- diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil.



Desde modo, o conceito de qualidade nasce e se desenvolve na produção de infância como campo de estudo e se constrói no interior de uma vontade de verdade, assim, interdição, sujeição e rejeição – se orientam no sentido da vontade de verdade, que os toma, os modifica, os reorienta, ao passo que ela mesma se fortalece e se torna, mais e mais, incontornável. (FOUCAULT, 2010). Pois, neste jogo de vontades, está o discurso social e uma prática neoliberal da globalização, que só tendem agravar as disparidades e aprofundar as diferenças, onde a qualidade é condição da eficiência econômica. Desmistificar, a marca colonial do atendimento a criança como assistencialista, enfatizando o higienismo, a filantropia e a puericultura, incute estabelecer as bases para o desenvolvimento intelectual, afetivo, social e físico, propiciando descobertas, observações, distintos instrumentos de aprendizagem incorporada a uma perspectiva social. Portanto, a educação infantil compreendida como espaço público requer a exigência do ser criança e do ter infância protegidas em termos qualitativos por políticas educativas que abarquem suas especificidades e peculiaridades.

O segundo tópico do documento intitula-se **O debate sobre a qualidade da Educação e da Educação Infantil** que aborda o discurso sobre qualidade com seu impulso a partir do século XX, quando houve reformulações das políticas educacionais, orientada pelas ideias de eficiência na gestão dos recursos, denominado programas de qualidade total, visando uma descentralização das responsabilidades e tarefas e um sistema de avaliação dos resultados de aprendizagem dos alunos. Muitas críticas a esta transferência da lógica do mercado para o seio educativo surgiram, Apple (2000) pondera a ampliação às desigualdades nas escolas.

Nesta caracterização insurge a segunda categoria de análise: qualidade social. Gadotti (2013) compreende a significação do termo qualidade social na discursão entre qualidade versus equidade, “... Do ponto de vista social a educação é de qualidade quando contribui para a equidade; do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação” (DOURADO, p.12, 2007). Nesta perspectiva, Freire (2003) coloca que a qualidade da educação é sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra. Nesta propositura, o documento analisado adota a concepção de “qualidade social”, compreendendo que a qualidade da educação também se mede pelo processo educativo vivido na escola, que envolve aspectos mais amplos de formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento da pessoa.



No que se refere à Educação Infantil, a origem deste debate qualitativo surge com a abordagem psicológica, e em segundo plano com as teorias da privação cultural a partir da década 60, quando o desenvolvimento cognitivo da criança surge como foco. A continuidade e o amadurecimento das abordagens no campo da psicologia do desenvolvimento possibilitaram reflexões avaliativas que compreendessem os contextos de trabalhos e peculiaridades que contribuíram para formulação de uma concepção de qualidade mais avançada, atenta para as questões das desigualdades sociais e ao mesmo tempo voltada para o respeito à diversidade cultural.

Assim, no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação implica enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e de suas famílias incluindo o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero. A qualidade na educação mais especificamente em relação ao atendimento na Educação Infantil partem do conceito socialmente construído, do contexto e baseado em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades. Assim sendo, seus padrões de atendimento educacional abarcam um conceito relativo, num processo dinâmico, contínuo, contextual, plural, participativo e democrático, onde se divergem perspectivas e valores. Moss (2002); Bondioli (2004).

Deste modo, rumo a uma qualidade referenciada socialmente é necessária ultrapassar a fragmentação dos meios e ações executados no modo de fazer educação no Brasil, é com articulação que se maximiza convergências e minimiza divergências. Saber relacionar-se organicamente no oferecimento de uma Educação Infantil pressupõe uma revolução cultural e social dos sujeitos que serão o público do professor, cidadãos estes que possam organizar por outras formas interventivas de política. Igualmente, o componente social e pedagógico deve subsidiar as formulações de políticas educacionais com focos mais bem definidos em termos do resultado, visto a qualidade especialmente na Educação Infantil configura-se como fulcro de direito ao aprender, ou seja, amplas possibilidades de aquisições nas outras fases da Educação Básica.

Educação é um processo de longo prazo, que corresponde a uma soma de fatores para seu êxito, deste modo uma educação com qualidade socialmente referenciada acontece quanto se olha a educação como algo qualificável e não quantificável, ou seja, há valorização da interlocução dos conhecimentos simbólicos, sensíveis e técnicos. Nada mais é do que mudança ampla no molde de fazer educação, começando com um currículo que privilegia esta postura política, porque qualidade é também o resultado das condições que oferecemos a educação e como



(Gentili, 1995) coloca “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”. Assim, ação pedagógica é ação política, não há como eximir a postura política, o capital cultural neste espaço de modificação de pensamento guiada pelas diretrizes articuladoras, expondo assim, a ação em nova ação praticada conscientemente onde o diálogo é permanente entre realidade e instituição educativa, dando corporeidade à qualidade social da educação infantil.

No terceiro tópico, o documento adota a temática: **Resultados de pesquisas recentes**, apresentando dados de pesquisas a nível internacional na temática qualidade, neste bojo a qualidade total apresenta-se ao sugerir dimensões de qualidade estratégicas a serem priorizadas para se obter os resultados mais positivos no desempenho presente e futuro das crianças. Deste modo, as de melhor qualidade são aquelas mais formais, que contam com pessoal qualificado e currículo mais sistematizado, combinando educação e cuidado. A categoria elencada neste tópico do documento foi formação de professores, subsidiada no indicativo da tríade de qualidade em distintos contextos: a formação dos professores, o currículo e a relação da escola com a família (CAMPOS, 1997).

Neste prisma, um componente de suma relevância diz respeito à formação de professores específica para este público, que toma os educadores como elementos fundamentais da qualidade. A natureza da prática docente induz à indagação, a busca, a pesquisa (FREIRE, 1997), pois não há ensino e aprendizagem fora desses eixos. Desta forma, a qualidade social adota como centralidades o estudante e a aprendizagem, sendo, uma construção de sujeitos engajada pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, desde a análise do processo de organização do trabalho escolar, onde condições de trabalho, gestão, currículo, da formação docente, sistemas e unidades escolares expressam resultados nas avaliações externas. (DOURADO, 2007).

A Qualidade da educação precisa ser encarada de forma sistêmica, onde a qualificação do professor seja mais que estratégia de qualidade, mas sim uma condição articuladora do direito da aprendizagem, com uma re colocação do paradigma que orientou a formação inicial e continuada até hoje, deve ser constante na superação da superficialidade, teoricidade e embasando-se na autonomia para pensar e agir. Neste bojo, as assimétricas são vistas como campo de discussão dos atores envolvidos no processo educativo, a potencializar as capilaridades do binômio: ação pedagógica/formação, dada a compreensão da docência como processo pedagógico metódico, intencional, construído em relações sociais, etnorraciais e produtivas que influenciam o conceito de



qualidade. Esta configuração contribui para a qualidade das relações interativas calorosas com as crianças e o entendimento de que o desenvolvimento educacional e o desenvolvimento social são aspectos complementares, onde os ambientes instrutivos de aprendizagem contêm recursos pedagógicos.

O último tópico do documento A qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais no Brasil, trata-se de uma retrospectiva histórica da presença da Educação Infantil na legislação brasileira e o contexto de sua presença como campo de intervenções legais. Parte do processo de redemocratização nos anos 80, passa pela constituição de 88 reconhecendo o dever do Estado e o direito da criança a ser atendida em creches e pré-escolas, destaca a ratificação do mesmo dispositivo em 90 no Estatuto da Criança e do Adolescente, e realça o comprometimento brasileiro Conferência de Jomtien e do I Simpósio Nacional de Educação Infantil (1994), seguidos de Conferência Nacional de Educação para Todos e das produções do Ministério da Educação voltadas para a Educação Infantil. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) foi promulgada, contribuindo de forma decisiva para a instalação no país de uma concepção de Educação Infantil vinculada e articulada ao sistema educacional como um todo.

Após a aprovação da LDB, o MEC promoveu uma discussão no âmbito do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação que culminou com a publicação do documento Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998). A questão da qualidade na Educação Infantil surge especificamente com o documento critérios de qualidade, elencando sugestões de critérios de qualidade que servem como referência para a elaboração das regulamentações específicas para a Educação Infantil pelos Conselhos Estaduais e Municipais. Seguido de estudo sobre propostas pedagógicas e currículo que realizou um levantamento nacional dos documentos elaborados (BRASIL, 1996). Ainda no final da década de 1990, o MEC elaborou e distribuiu às escolas de todo o país o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que se constitui em um documento orientador do trabalho pedagógico. (BRASIL, 1998b). No âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como Resolução CNE/CEB nº 1 de 07/04/1999 de caráter mandatório. (BRASIL, 1999b).



Em seguida, desenvolveu um programa de formação continuada nos sistemas de ensino, onde foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal (Resolução CNE/CEB nº 2, de 19/04/1999a). No ano consecutivo, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 04/00, de 16/02/00), sobre vários aspectos que afetam a qualidade do atendimento: proposta pedagógica, regimento escolar, formação de professores e outros profissionais, espaços físicos e recursos materiais. Em suma, “Qualidade é um construto imbricado no contexto das sociedades e conseqüentemente nos paradigmas de interpretação da sociedade” (MOROSINI, p.184, 2009) e toda esta jornada histórica da legislação brasileira voltada para a Educação Infantil comprova esta fala em sua concepção/conceito e em seus modos de aplicabilidade.

Conclusões

O documento lido e analisado apontou que o Ministério de Educação e Cultura, posiciona-se quanto à descrição de qualidade, como qualidade socialmente referenciada, justificando tal nomenclatura com dimensões de sua construção, e que compõem um belíssimo discurso político legal, tomados de uma perspectiva redundante. Portanto, qualidade é entendida como: somatório do processo educativo vivido na escola e aspectos amplos de formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento da pessoa.

A partir do significado dado a qualidade do documento, percebe-se que a Educação Infantil vive e sobrevive em um plano de disputa, desinteresse e falta de comprometimento, de gênese política em sua vivência no Brasil. Dada seu alto teor de especificidades cabe à instituição escolar oferecer, despertar e possibilitar a criança desenvolver-se em seus múltiplos sentidos, ficando a cargo da sociedade oferece-las uma realidade melhor contando-as com amplas políticas sociais de moradia, alimentação, saúde, etc. Essa via de mão dupla sinaliza ferramentas políticas, ideológicas, conceptivas, vivenciais do escopo de se fazer educação com qualidade social, ou seja, é compreensão do complexo e multifacetado lugar-aprendizagem da criança na sociedade contemporânea.



Temáticas fundamentais no cenário da Educação Infantil são elencadas mesmo sem o oferecimento de uma identidade própria, a Educação Infantil brasileira, caminha rumo à percepção de infância presumido por Arroyo (1994) onde, as diversidades compõem-las de espaços diferentes, múltiplas realidades, com uma visão de criança como um ser completo, biopsicossocial. Nesta perspectiva de conhecer, no viés da formação interdisciplinar/transdisciplinar projeta novos nexos formativos que devem ser inclusos nos programas e nas agendas governamentais ao se referirem o fazer pedagógico na Educação Infantil, passando a perceber dimensões coletivas, organizacionais e profissionais da docência, ou seja, o novo emergindo do velho como resultado de múltiplas vozes para efetivação do protagonismo do ser criança, sujeito de direito em pleno desenvolvimento.

Elaborar construções sintéticas de qualidade é totalmente distinto de vivencia-la porque muitos dos requisitos necessários para sua existência não vem com o discurso formal de especialistas em currículo, alfabetização, infância etc. A vivência da qualidade requer busca, uma formalidade legal da sociedade enquanto campo de aplicabilidade, porque embora a legislação expresse um dever ou direito ele só é real no seu usufruto.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. Poderão as pedagogias críticas interromper as políticas de direita? São Paulo: PUC. Programa de Pós-Graduação em Educação – Currículo, 2000 (mimeo. Resumo traduzido de conferência pronunciada em 16 de maio de 2000).

ARROYO, Miguel González. A construção social da infância. In: Infância na ciranda da educação: uma política pedagógica para zero a seis anos. Belo Horizonte: CAPE, 1994, p. 11-7.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Introdução. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Manual de Educação Infantil. 9. ed. De 0 a 3 anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 13-37.

BRASIL, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF.



CAMPOS, Maria Malta, FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. Qualidade na educação infantil: alguns resultados de pesquisas. Brasília: UNESCO, 2004. (Texto elaborado para o projeto Revisão de Políticas e Serviços de Educação Infantil no Brasil, mimeo.)

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DOURADO, L.F; OLIVEIRA, J.F; SANTOS, C.A. A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Série Documental: Textos para discussão, Brasília, DF, v.24, n.22, 2007. Disponível em: http://escoladgestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4_leitura2.pdf

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Ed Loyola, 2010.

FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na Educação: Uma nova abordagem. Congresso de Educação Básica: Qualidade na Aprendizagem. 2013. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7d-aa4389040f.pdf Acesso em 26. Mai.2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MOROSINI, Marília Costa, 2009. “Qualidade na educação superior: tendências do século”. In: Revista Estudos em avaliação educacional. São Paulo: FCC, v. 20, no, 43, maio/agosto de 2009, pp. 165 – 186.

MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, M. L. (Org.) Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-25.

PINTO, M. & SARMENTO, M. J. (Org.). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando campos. In: As crianças: contexto e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.